

## **Um debate sobre as interpretações acerca da patrimonialização: conceitos e perspectivas**

**Rafael Henrique Teixeira-da-Silva**

Pós-Doutorando – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte,  
Minas Gerais, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7991-9383>  
E-mail: rafahts@hotmail.com

**Resumo:** Há, nos dias de hoje, uma verdadeira miscelânea de sentidos e significados associados à palavra “patrimonialização”. Enquanto alguns autores limitam o entendimento da patrimonialização à simples inscrição ou tombamento de um bem como patrimônio, outros a compreendem como um complexo fenômeno. Tal heterogeneidade se deve muito ao fato de diversas disciplinas se interessarem pelos temas patrimoniais. Desse modo, partindo do pressuposto que é perceptível a ocorrência de um alargamento e padronização na abordagem patrimonial e nas práticas de conservação, restauro e planejamento, torna-se fundamental transpor as principais leituras a respeito da patrimonialização. É nesse sentido que o presente trabalho prospera, buscando apresentar algumas interpretações da patrimonialização e apresentar algumas bases, no sentido de reforçar o emprego desta palavra coerente com o percurso dos trabalhos acadêmicos que dela se utilizam.

**Palavras-chave:** Patrimonialização; Patrimônio; Conceito; Debate teórico; Bens Culturais.

### **A debate on interpretations of the heritagization: concepts and perspectives**

189

**Abstract:** There is, nowadays, a real miscellany of senses and meanings associated with the word “heritagization”. While some authors limit the understanding of heritagization to the simple inscription of a property in the heritage list, others understand it as a complex phenomenon. Such heterogeneity owes much to the fact that various disciplines are interested in heritage issues. Thus, assuming that is noticeable the occurrence of an expansion and standardization in the heritage approach and in conservation, restoration and planning practices, it is essential to bring forward the main readings about heritagization. In this sense, the present work prospers, seeking to present some interpretations of heritagization, to strengthen the employment of this word in consistence with the course of the academic work in which it is used.

**Keywords:** Heritagization; Cultural Heritage; Concept; Theoretical debate; Cultural Assets.

**Texto recebido em: 08/02/2022**

**Texto aprovado em: 09/06/2022**

### **Introdução**

Para introduzir este tema que vem sendo abordado por diferentes áreas de estudo, optou-se por fazer a disposição de alguns dos principais debates sobre a

patrimonialização ao longo dos últimos anos. O termo *patrimonialisation*<sup>1</sup> ou *heritagization*<sup>2</sup> é utilizado por sociólogos, antropólogos, geógrafos e historiadores de todo o mundo, porém nem sempre possui a mesma acepção. Enquanto alguns autores se referem à institucionalização de mecanismos de proteção e salvaguarda (HILAIRE-PEREZ, 2011; CRUZ, 2012; RAUTENBERG, 2014; GONÇALVEZ, 2015) e aos meios de conservação e valorização do patrimônio (DI MÉO, 2014; VESCHAMBRE, 2014), outros se referem à expansão e homogeneização das práticas patrimoniais (CHOAY, 2006), à cênarização e banalização dos lugares patrimoniais (COSTA, 2011) e à uma diversa gama de ações fundamentadas no estabelecimento de um conjunto de leis internacionais sobre as propriedades culturais (GRAHAM *et al.*, 2000).

Nesse sentido, este artigo busca ir além do entendimento elementar de uma “patrimonialização do patrimônio”, ou seja, do simples entendimento da inscrição e dos processos associados à institucionalização de um bem, buscando apresentar as principais leituras da patrimonialização enquanto um complexo fenômeno. Esse debate encaminha-se com o intuito de esclarecer diferentes noções desta palavra, para que a mesma seja utilizada de modo coerente com o percurso dos trabalhos acadêmicos que dela se utilizam.

Na estrutura do artigo, abordou-se inicialmente uma compreensão contemporânea do patrimônio. Em um segundo momento, com foco na patrimonialização, a primeira autora abordada no artigo é F. Choay (2006), onde são expostas suas preocupações sobre a universalização de valores ocidentais referentes ao patrimônio. Em seguida, são inseridas as contribuições de Custódio (2010) sobre a relação das mudanças na sociedade contemporânea e sua ligação com o exagero na preservação do patrimônio, e de Jeudy (2005) a respeito da necessidade de refletir e dar visibilidade à cultura de uma sociedade por meio de monumentos, sítios e objetos. Por fim, adentrou-se no entendimento de Costa (2011), da patrimonialização enquanto um complexo fenômeno inserido no seio da dialética Estado-mercado, além de apresentar as bases expressas por Graham *et al.* (2000) sobre a importância das instituições supranacionais na articulação do patrimônio e dos efeitos da patrimonialização na criação e disseminação de uma consciência sobre o mesmo. Nas considerações finais, são levantados os principais pontos de convergência das diferentes compreensões sobre a patrimonialização, determinando algumas bases para que um entendimento comum possa ser construído.

## O patrimônio na contemporaneidade

Os desdobramentos patrimoniais são muitos, sendo extensa a lista constituinte de suas subcategorias. Tal alargamento fez com que o tema ganhasse amplitude e extensa divulgação, mas o que se questiona é a profundidade dos debates contemporâneos sobre o patrimônio. Desde o seu advento, o tema vem passando por inúmeras mudanças constantemente influenciadas pelos ideais de cada época. Pode-se afirmar que “não há coincidência entre o entendimento acerca do que é patrimônio, por parte de um humanista do século XVI, (...) por um iluminista do Século das Luzes, de um romântico oitocentista ou de um de nossos contemporâneos”, sendo que “cada época reflecte parte de si própria, na forma como perspectiva e cuida do seu patrimônio” (MENDES, 2009, p. 10). Corolário ao pensamento exposto, Ashworth (1994) identifica um deslocamento patrimonial na contemporaneidade, que passa então a ser orientado pelo mercado. Tal afirmação se baseia na seleção contemporânea de produtos de acordo com a demanda dos consumidores, sendo que, neste contexto, o patrimônio se apresenta como “a contemporary commodity purposefully created to satisfy contemporary consumption” (ASHWORTH, 1994, p. 16).

Transpondo este pensamento para um modelo mais amplo, apesar de serem domínios distintos, história e patrimônio fazem o uso seletivo do passado para finalidades atuais. Ambos são transformados à medida que vão sendo interpretados, no primeiro caso por historiadores, no segundo caso pelo que a sociedade contemporânea decide herdar e transmitir. Todavia, para apreender a condição do patrimônio como um produto, recorre-se a um modelo de produção ou mercantilização, que também pode ser aplicado a outros aspectos da atividade humana. A partir de uma analogia com um sistema industrial, considera-se que a “linha de montagem” patrimonial compreende a articulação dos recursos, dos produtos e do consumo. A matéria-prima selecionada para se tornar um produto vem de uma grande variedade que mescla eventos, personalidades, memória popular, relíquias e lugares que possuem uma associação simbólica (HALBWACHS, 1990). Por meio de uma apuração deliberada são definidos os produtos que serão desenvolvidos e providos de significado, ações que muitas vezes são responsabilidade de instituições de proteção e resguardo do acervo patrimonial, que durante o processo de preservação de bens também assumem a função de

manutenção, substituição e aprimoramento dos mesmos, adicionando ou retirando elementos, de acordo com seus princípios (TUNBRIDGE; ASHWORTH, 1996).

Ao abordar o tema, Harvey (2008) investiga as narrativas históricas, os modos de representação e os níveis de acesso e controle presentes no processo de tentativa de domínio sobre uso do patrimônio na sociedade. Partindo também do pressuposto de que o patrimônio é um produto contemporâneo, o autor contempla que há uma forte ligação entre patrimônio e identidade, principalmente com relação às apropriações realizadas pelos poderes oficiais dos Estados. Harvey (2008) acredita que apesar da propagação de ideais de democratização do patrimônio que, de certo modo, ocorreu por meio da difusão do consumo de recursos patrimoniais, a abertura aos processos de produção e interpretação deste fenômeno se mantém reduzida a poucas pessoas e instituições. Contudo, o autor admite que o setor se encontra em reposicionamento em relação aos aspectos educacionais e de coesão social, o que abre novos horizontes na relação entre produtores e consumidores patrimoniais.

Neste minucioso processo de conversão dos recursos em produtos patrimoniais, ocorre a interpretação deliberada da matéria-prima, que envolve a seleção, confecção e integração dos recursos na construção de um composto. Tal habilidade de narrar a história e dotar de significado um lugar é considerável dada à circunstância da troca baseada nos sentimentos e ideias – como orgulho, prazer, nostalgia –, e não em componentes físicos do patrimônio. Ao considerar como efetiva a hipótese de que o patrimônio existe somente nos termos do legatário e que tal produto é uma réplica aos anseios dos utentes, o que distingue o público e as formas de apropriação do patrimônio são os diferentes meios de interpretação deste (TUNBRIDGE; ASHWORTH, 1996).

Ao fazer menção à orientação mercadológica que grande parte do patrimônio vem recebendo, e principalmente, ao compará-lo a um modelo de produção, é imprescindível que tal questão seja detalhada. Apesar do uso econômico do patrimônio ser aceite na maioria das sociedades, historicamente é considerado secundário, pois o mesmo possui normalmente outra finalidade. Mesmo que não produzisse benefícios econômicos, grande parte do patrimônio continuaria a ser preservado. Todavia, há a perspectiva de pessoas e instituições ligadas ao assunto que acreditam que anexar valor econômico aos bens patrimoniais é sem sentido, inaceitável e até mesmo pejorativo, além de não corresponder às prerrogativas de seus usos contemporâneos. O principal argumento desta perspectiva é que o

ambiente construído não é preservado segundo critérios econômicos, mas devido a motivos socioculturais e morais-estéticos (GRAHAM; ASHWORTH; TUNBRIDGE, 2000).

Como foi demonstrado, o patrimônio é usufruto de uma vasta gama de atividades. No âmbito cultural o mesmo foi incorporado devido a sua produtividade artística e artesanal, além da visão que considera artefatos e bens intangíveis como dignos de preservação. No político é usado para apoiar a criação de estados e a legitimação dos governos e suas ideologias. Por último, a utilização do patrimônio no contexto econômico, como já referenciado, corrobora com atividades do setor de modo direto ou indireto (TUNBRIDGE; ASHWORTH, 1996). Por conseguinte, na contemporaneidade é imprescindível avaliar, principalmente, o emprego do patrimônio como recurso cultural, político e econômico, devido ao fato da maioria das atividades da esfera patrimonial englobar estas três categorias.

### **Algumas interpretações e concepções sobre a patrimonialização**

A partir do pressuposto que é perceptível a ocorrência de um alargamento e padronização tanto na abordagem patrimonial quanto nas práticas de conservação, restauro e planejamento – a nível mundial –, é fundamental transpor as principais leituras a respeito do tema de modo racional e inteligível.

Partindo de uma das maiores referências nos estudos patrimoniais, Choay (2006) articula seus pensamentos fundamentados na ideia de que houve a mundialização dos valores e dos padrões ocidentais que culminaram em uma “expansão ecumênica das práticas patrimoniais”. A autora julga que através da noção e representação dos monumentos, patrimônios arquitetônicos e das cidades históricas, as sociedades ocidentais definiram suas identidades e reconheceram sua relação com a temporalidade. Esse movimento, segundo Choay (2006), propiciou a essas sociedades um distanciamento para que as mesmas pudessem se descobrir e tomar consciência própria, para então construir uma imagem de si engrandecida.

Tal dinâmica de difusão do interesse na salvaguarda do patrimônio ocorreu em larga escala somente depois da Segunda Grande Guerra. Favorecido pelo espírito de reconciliação instaurado após o término da guerra, originou-se um processo global de uniformização do pensamento sobre o patrimônio que culminou na criação de um conjunto de organizações supranacionais de cooperação entre países (BRITO HENRIQUES, 2003). Nasce então, em 1946, no quadro da ONU

(Organização das Nações Unidas), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com o propósito de fomentar o desenvolvimento e a colaboração no campo da educação, da ciência e da cultura. É sob a tutela da UNESCO que são criadas, posteriormente, organizações como o Conselho Internacional de Museu (ICOM), o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que tinham por objetivo promover conhecimentos na área de museologia, restauro e conservação de monumentos.

Como apontado previamente, Choay (2006) alega que foi por meio da Assembleia Geral da UNESCO (1972) relativa à proteção do patrimônio, que houve a universalização dos valores ocidentais sobre o mesmo. As recomendações feitas aos países que aderiram ao documento da UNESCO eram referentes às obrigações que os mesmos tinham de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir seu patrimônio às futuras gerações, além de estabelecer a pertença comum e a solidariedade planetária no resguardo deste patrimônio. Foi na mesma época que, segundo a autora, a cultura perde o cunho de realização pessoal voltando-se para a ideia de indústria cultural. Choay (2006) sustenta que foi acrescido valor econômico ao patrimônio por meio da realização de uma “engenharia cultural” por parte do setor público e privado, sendo que, já eram constatadas tendências de um processo planetário de banalização e standardização em meados da década de 1970. Esta autora defende que o patrimônio urbano passa por um processo de “embalagem” em vista do consumo cultural que, conjuntamente com investimentos por parte do mercado imobiliário, promove a supressão das populações locais e de suas atividades e tradições.

Numa interpretação próxima à de Choay, Custódio (2010) afirma que o advento da patrimonialização se deve ao exagero no que concerne à defesa e conservação do patrimônio, que ocorreu principalmente a partir da década de 1980. Este autor acrescenta que esse fenômeno é uma resposta da sociedade às mudanças sociais e econômicas advindas do avanço da globalização, o que levou a uma controvérsia internacional que vai do excesso de querer preservar tudo a reações anti-patrimoniais. Outro fator que Custódio (2010) associa à patrimonialização é a efetiva destruição do patrimônio, que acaba por ser sobreposto ao ritmo avassalador da sociedade do consumo.

Deve ser explorado o último ponto apresentado por Custódio (2010), pois o mesmo acredita que um dos grandes problemas da época contemporânea é o

aumento exponencial da destruição do patrimônio. Entretanto, argumenta-se que apesar do pensamento favorável à associação do patrimônio com a afirmação da cidadania, da democracia e da participação social ativa apresentada pelo autor, não há um consenso global aplicado dessas funções.

Esse é um dos motivos pelos quais os processos de patrimonialização e destruição maciça não levam a um caminho sem volta. Ora, concordamos com Custódio (2010) que os bens patrimoniais possuem características singulares. Todavia, considera-se que o que é desfrutado e consumido, ou melhor, apropriado, não é apenas o bem em si, mas também as leituras e interpretações acerca deste. Independente do estado físico do patrimônio edificado, o mesmo sempre pode sofrer releituras e reinterpretções mais adequadas às finalidades políticas, sociais e econômicas que cada local possui sobre o patrimônio. Além disso, o patrimônio não pode existir como um absoluto universal, pelo fato de ser delimitado e selecionado por uma sociedade em constante devir (GRAHAM *et al.*, 2000), assim como não deve ser considerada uma quantidade fixa do passado a ser conservada, pela falta de reconhecimento de critérios objetivos, mensuráveis e universais (TUNBRIDGE E ASHWORTH, 1996).

Ao realizar um estudo que visou expatriar noções e conceitos sobre a patrimonialização e a estetização das cidades contemporâneas, Jeudy (2005) elaborou em sua obra um estudo detalhado sobre o assunto. Segundo este autor, a estratégia patrimonial é estimulada pela necessidade que a sociedade apresenta de refletir inteligivelmente toda sua cultura e história, através de seus locais, monumentos e objetos. Nomeado pelo autor de “processo de reflexividade”, o mesmo seria responsável por promover visibilidade pública dos elementos simbólicos de uma sociedade. Jeudy (2005) acredita que o espelhamento dos objetos e territórios de uma sociedade acaba por gerar uma contradição entre os usos sociais e econômicos, pois a comercialização é inerente ao desenvolvimento cultural, mas, ao mesmo tempo, o patrimônio não deveria conter somente atribuições econômicas. Contudo, o simples anúncio desta divergência feita por Jeudy (2005) não é suficiente para traçar a complexidade deste processo, que tem de abarcar a natureza, as consequências e a administração de conflitos nas esferas sociopolíticas e econômicas que ocorrem simultaneamente em diferentes escalas.

O fenômeno da patrimonialização também foi estudado na Geografia, em algumas obras que intencionam aprofundar o conhecimento e as relações entre essas duas áreas. Ao analisar o ordenamento do território em duas cidades

mineiras consagradas como patrimônio mundial, Costa (2011) opta por uma abordagem dialética como método. Costa (2011, p. 31) começa por definir a patrimonialização como: “o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovidos pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação”. Neste viés, o autor considera este processo indissociável da “dialética da construção destrutiva”, que o mesmo afirma corresponder à contradição entre preservação e mercantilização de bens culturais, ou seja, um processo de construção e desconstrução que se operacionaliza ao mesmo tempo. Costa (2011) afirma que a “dialética da construção destrutiva” rebate sobre os lugares de memória, afirmando que os conflitos entre a preservação e a mercantilização são mantidos com o triunfo da mercantilização, porém, sem a banalização total da preservação, já que depende desta para se efetivar.

Retomando a questão da patrimonialização, Costa (2011) destaca que houve uma corrida mundial para inserção de bens na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO, para que os mesmos encontrassem seu auge nas estratégias de mercado. Por conseguinte, é no mínimo polêmico tratar da questão da autenticidade – um dos elementos chave na escolha dos sítios a serem protegidos – dos lugares, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, pois estes estão em constante devir num mundo em que as mercadorias estão sempre se reconstruindo de acordo com atitudes e demandas (TUNBRIDGE; ASHWORTH, 1996; COSTA, 2011).

Ao fazer alusão a uma corrida mundial para inserção de bens na lista de patrimônio mundial, na qual tais lugares visam obter apogeu nas estratégias de mercado, Costa (2011) afirma que a patrimonialização aparece como um mecanismo, estabelecido basicamente pelo Estado – órgãos de preservação e conservação – e pelo mercado – que conta com o apoio de instituições financeiras mundiais. Nesse sentido, o autor considera que seus efeitos mais imediatos são a transformação dos territórios de identidade, e a produção de lugares de memória. O primeiro argumento refere-se à hibridização ou recriação das identidades territoriais, por considerar estas como o acúmulo de situações, processos, ações, objetos geográficos, necessidades, entre outros, que remetem para as heranças culturais, históricas e econômicas. Já o segundo remete para a produção de lugares destinados ao turismo ou às novas atividades da economia urbana, que dependem

da produção de materialidades e símbolos, por se apresentarem como alicerces da produção econômica.

Ao reconhecer a patrimonialização como um fenômeno urbano, Costa (2011) leva em consideração que a história das cidades e suas formas são elementos ativos neste processo de refuncionalização territorial urbana. Ao seguir uma lógica privada, mas que conta com o apoio do Estado, o autor considera que o processo de ressignificação de lugares e paisagens ocorre por meio do estímulo à fragmentação do território, que se divide para atender necessidades e desejos da sociedade contemporânea. Ao considerar que a atual conjuntura do capitalismo está fundamentada na prestação de serviços e na dinamização do capital financeiro na economia urbana, Costa (2011) acredita que estes processos acabam por imprimir a sua lógica no território.

### **Patrimonialização: uma proposição**

Feita a exposição do pensamento de alguns autores com relação à eclosão e ao desenvolvimento do fenômeno da patrimonialização, pretende-se expor como ocorre esse processo, levando em consideração os elementos apresentados previamente. Propõe-se revelar os principais pontos do processo de patrimonialização, sendo alguns destes confluentes e outros divergentes em relação ao pensamento dos autores mencionados, objetivando contribuir para a construção de um corpo de doutrina.

Acredita-se que pessoas, patrimônio e lugares se tornaram conectados de modo complexo e em constante transformação. A ligação destes três elementos é consolidada por um processo de identificação, no qual as pessoas passam a se identificar com lugares que apresentam características únicas. Dado que o patrimônio é um instrumento relevante na criação das identidades, pois é por meio do patrimônio que as pessoas se relacionam com povos antepassados, é primordial acentuar que estas são multiplamente constituídas. Como difundido por Hall (1996), a construção de sociedades multiculturais concomitantemente à fragmentação do sentimento de pertença leva-o a acreditar que as identidades nunca são singulares, mas na verdade construídas multiplamente por meio de vários discursos, práticas e posições, que são ao mesmo tempo convergentes e antagônicas. Apesar das mudanças que ocorreram nas sociedades, evidencia-se que as identidades pós-modernas permaneceram relacionadas com as alegorias

territoriais de pertencimento, conectadas ao passado e ao patrimônio (GRAHAM *et al.*, 2000).

Retornando à questão da patrimonialização, um fator de extrema importância para o assunto é a questão da existência de um patrimônio mundial da humanidade, difundido principalmente por instituições supranacionais após a Segunda Grande Guerra. Anterior à discussão sobre difusão de um patrimônio mundial – regularmente justificada por conceitos de igualdade humana, gestão compartilhada do mundo e otimização dos recursos naturais e culturais – é determinante examinar alguns aspectos intrínsecos nas relações entre patrimônio e escala.

A partir do pressuposto de que diferentes escalas exercem influências distintas na identificação das pessoas com os lugares, é despertada uma via a ser explorada devido à falta de complementaridade e coerência geradas nestas relações. O desenvolvimento simultâneo do patrimônio em escalas locais, nacionais, supranacionais e globais, muitas vezes leva a divergências entre os significados e usos nas diferentes escalas, pois o mesmo patrimônio pode estar relacionado à identidade e aos usos cotidianos em uma escala, e ao lazer e entretenimento em outra.



Fonte: GRAHAM; ASHWORTH; TUNBRIDGE, 2000, p. 182. Adaptado pelo autor.

**FIGURA 1**  
**Interação do patrimônio em diferentes escalas espaciais**

Apesar de não ser a escala dominante na criação e disseminação da consciência sobre o patrimônio, a ordenação de grandeza local é, preferencialmente, mais apropriada para inaugurar a discussão, disposta numa hierarquia dimensional. A palavra “local” pode corresponder a uma grande variedade de perspectivas espaciais, sendo que, no tratamento do patrimônio, devem ser

consideradas primordialmente a região, a cidade e o lugar (GRAHAM *et al.*, 2000). Os principais contributos do patrimônio na ordem local variam da gestão patrimonial até sua colaboração na identidade local. Referente ao primeiro elemento, o que se ressalta são as diferenças na qualidade e no conteúdo da gestão local do patrimônio, que seguem determinações das políticas e dos objetivos nacionais, mas são colocadas em prática por níveis de governação locais. Já com relação à identidade local, acredita-se que o patrimônio é criado como um utensílio na construção dessas identidades e ajuda a dar forma às representações do lugar. Tais representações, normalmente, estão associadas ao fortalecimento da identificação dos habitantes com suas localidades e à divulgação externa do patrimônio local, tornando aparentes os usos sócio-políticos e econômicos deste patrimônio.

Na ordem de grandeza nacional, talvez a de maior relevância na construção do pensamento e dos usos políticos do patrimônio, os Estados-Nação tomaram a frente deste processo ao longo da consolidação dos países. Estados-Nação e patrimônio desenvolveram-se na Europa do século XIX, num contexto de necessidade de concretizar a identificação nacional, de absorver heranças e grupos divergentes e de justificar a incorporação de territórios. O papel que essas heranças “nacionais” assumiram – de criar uma identificação do povo com um território –, fez com que as determinações acerca do patrimônio se tornassem um privilégio quase que exclusivo dos governos nacionais. Por este motivo, o patrimônio encontra-se hoje, na maioria dos países, essencialmente vinculado às políticas nacionais, o que torna praticamente impossível a realização de qualquer atitude em escalas regionais, continentais ou mundial, sem a aprovação dos Estados-Nação. Contudo, há nesta relação uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que as nações foram construídas com a utilização do patrimônio, este tem seu suporte e seu patrocínio fomentados pelos governos estatais.

Subsequente à escala nacional, discute-se a concepção do patrimônio a nível continental. Ao balancear diferentes interesses entre nações, a criação de um patrimônio continental tem em vista criar conceitos internacionais de identidade e significado. O exemplo de maior destaque, no que concerne à magnitude do acontecimento, é a criação de um patrimônio europeu. Ao considerar que a União Europeia (UE) é mais do que uma unificação econômica, pondera-se toda a ideologia refletida por esta integração, embasada nos valores de solidariedade interna e apoio mútuo. Integração que pode ter seu sucesso relacionado ao

complemento de uma nova identidade e não a sobreposição às identidades nacionais e regionais.

Nesse sentido, é requerida a adição de novas “camadas de significado” visando alcançar os objetivos estipulados e, ainda, transcender as identidades nacionais e regionais sem sobrepô-las. O acréscimo dessas novas camadas de significado visa à construção de novas paisagens e novos ambientes que, no entanto, já se encontram como símbolos essenciais da iconografia nacional. Contudo, o que se questiona no processo de unificação política e econômica é se pode ser criada uma identidade europeia em um continente definido por seu multiculturalismo e sua diversidade. Ressalta-se que a criação de um patrimônio europeu tem a obrigação de levar em consideração o legado deixado na Europa por outros povos e que está localizado no continente por circunstâncias históricas, como é o caso do legado árabe na Península Ibérica. Considerando que o continente europeu é marcado pela rotulação de porções do espaço baseada em atributos de diferentes épocas históricas idealizadas (AGNEW, 1996), a criação de um patrimônio europeu deveria retratar divergências e contestações como qualidades positivas e representantes da realidade de que não há somente uma paisagem ou uma iconografia apta a simbolizar a diversidade do continente (GRAHAM *et al.*, 2000).

Conforme elucidado anteriormente, o movimento para a criação de um patrimônio mundial foi promovido pelas Nações Unidas através da UNESCO, no cenário pós Segunda Guerra de manutenção da segurança internacional. A UNESCO, em conjunto com sua subsidiária ICOMOS, produziu códigos de práticas ideais e organizou uma gama de ações baseadas no estabelecimento de um conjunto de leis internacionais sobre as propriedades culturais. Dada a conjuntura apresentada, difundiu-se a presunção da necessidade de existência de um patrimônio mundial como propriedade coletiva de todos os povos. Em consequência da perpetuação dessas convicções, repercussões surgiram em forma de associações internacionais e organizações intergovernamentais que possuíam a incumbência de denominar, resguardar e estimular a criação desse patrimônio mundial. Entre as principais organizações, é preciso mencionar o Comitê do Patrimônio Mundial (WHC), criado durante a Convenção para a Proteção Mundial do Patrimônio Cultural e Natural (1972) com a incumbência de instituir uma lista de patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional. Foi com o aumento da conscientização internacional, que já vinha desde a década de 1960, que o WHC foi

criado com a função de produzir uma lista de patrimônio mundial, fazer um inventário de bens patrimoniais em perigo e, por fim, administrar um Fundo do Patrimônio Mundial (WHF) para ajudar os Estados membros necessitados (POCOCK, 1997; BRITO HENRIQUES, 2003).

As ações que visam a construção de um patrimônio mundial desenvolvidas por organizações internacionais estão alicerçadas basicamente em três conjuntos de elementos. O primeiro argumento é baseado na ideia de que, desde seus primórdios, a produção do patrimônio foi significativamente influenciada por movimentos culturais e questões estéticas que estavam muito além das fronteiras políticas. Em segundo lugar, houve nas últimas décadas uma considerável propagação da preocupação global sobre o resguardo do patrimônio. Por fim, o movimento de maior expressão, no que diz respeito à demanda por um patrimônio mundial, parte da perspectiva dos consumidores que frequentam monumentos, museus, sítios e cidades históricas, e exercem a reivindicação pelo acesso global de forma ativa sobre este patrimônio. Algumas questões retiradas da reivindicação por um patrimônio mundial são: se há realmente a propriedade comum sobre a atividade artística humana voltada para o enriquecimento pessoal, então todos deveriam contribuir para seu amparo e proteção; e, sobretudo, como falar em um patrimônio mundial se o mesmo continua subordinado à soberania dos governos nacionais e às estratégias de gestão local (GRAHAM *et al.*, 2000).

### **Considerações finais**

Desse modo, no sentido de construir uma compreensão comum sobre a patrimonialização, pode-se dizer que ela está pautada na adoção de abordagens, ditas exemplares, impulsionadas pelo intercâmbio de filosofias e técnicas utilizadas nas chamadas “melhores práticas”, que já obtiveram sucesso outrora (GRAHAM *et al.*, 2000). Ao utilizar um padrão que tenha obtido êxito em outros lugares, os riscos assumidos seriam reduzidos. O emprego destas práticas por corporações que são responsáveis pelo desenvolvimento de projetos de intervenção patrimonial, que muitas vezes possuem financiamentos internacionais, acaba por incentivar a seleção homogênea de materiais, mobiliário urbano e sinalização, produzindo um estilo internacional do patrimônio.

Esta é a questão chave sobre o assunto, pois é o ponto de convergência das diferentes teorias sobre a patrimonialização. A partir da verticalização – que seria a

ligação de pontos separados e distantes no espaço, conectados por processos sociais que garantem a atuação global da sociedade e da economia (SANTOS, 1994; 2006) – das relações sociais e dos lugares, ocorre o processo de patrimonialização dos bens culturais, que passam a conter características e tendências de apropriações globais. Assume-se que, apesar de levar em consideração que houve de fato uma expansão ecumênica das práticas patrimoniais (CHOAY, 2006), que pode ter sido causada por um exagero na defesa do patrimônio (CUSTÓDIO, 2010) ou estimulada por um “processo de reflexividade” (JEUDY, 2005), que levaram a um movimento universal pela cenarização dos lugares (COSTA, 2011), deve-se ter cautela para não sucumbir ao viés apresentado por estes autores, com o intuito de constituir uma sistematização condizente com a perspectiva dos trabalhos em que a patrimonialização é largamente abordada.

O que deve ser levado em consideração é que houve uma padronização das formas e da abordagem patrimonial, resultando numa homogeneização dos lugares e uma redução da diversidade local. Isso deve-se sobretudo: 1) ao intercâmbio e padronização das práticas profissionais relacionadas com o patrimônio (arquitetos, construtores, planejadores); 2) à influência de instituições internacionais, que normalmente executam os projetos de intervenção urbana e tendem a minimizar os riscos ao repetir modelos que já obtiveram sucesso em outros lugares; 3) à criação de um catálogo patrimonial de mobiliário urbano considerado como “histórico”, que são adquiridos dos mesmos fornecedores tornando os distritos históricos praticamente indiscerníveis; 4) à mercantilização da história, da cultura e dos costumes locais, que acaba por adaptar tais atributos, modificando comportamentos e estilos de vida (GRAHAM *et al.*, 2000).

Revelados os elementos essenciais do processo de patrimonialização, é fundamental, como ressalta Luchiarì (2005), voltar a atenção ao conteúdo que refuncionaliza e atribui de novos valores o patrimônio, buscando a compreensão dos distintos usos deste patrimônio e das práticas que produzem territorialidades excludentes. Desse modo, os estudos que se debruçam sobre a patrimonialização devem buscar compreender os principais efeitos desse movimento contemporâneo, contido num campo de disputa constituído por Estado, empresas e sociedade civil (CANCLINI, 1994).

## NOTAS

<sup>1</sup>. Termo utilizado em língua francesa equivalente ao que nomeamos de “patrimonialização”.

<sup>2</sup>. Termo utilizado em língua inglesa equivalente ao que nomeamos de “patrimonialização”.

## REFERÊNCIAS

AGNEW, J. A. Time into space: the myth of ‘backward’ Italy in modern Europe. *Time and Society*, 5, p. 27-45, 1996.

ASHWORTH, G.J. From history to heritage - from heritage to identity: in search of concepts and models. In: ASHWORTH, G. J.; LARKHAM, P. J. (ed.) *Building a new heritage: tourism, culture and identity in the New Europe*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1994.

BRITO HENRIQUES, E. *Cultura e território, das políticas às intervenções. estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda*. Lisboa, 2003. Tese (Doutoramento em Geografia Humana) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

CHOAY, F. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP; Estação da Liberdade, 2001.

COSTA, E. B. *Totalidade urbana e totalidade mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CRUZ, R. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, n. 31, p. 95-104, 2012.

CUSTÓDIO, J. A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932). In: *100 Anos do património. memória e identidade*. Portugal 1910-2010. Lisboa: IGESPAR, 2010, p. 85-104.

DI MÉO, G. Processos de patrimonialização e construção de territórios. *Geosaberes*, v. 5, Número especial, p. 3-23, 2014.

GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015.

GRAHAM, B.; ASHWORTH, G. J.; TUNBRIDGE, J. E. *A geography of heritage: power, culture and economy*. Londres: Arnold, 2000.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent L. Schafter. São Paulo: Centauro, 1990.

HARVEY, D.C. The history of heritage. In: GRAHAM, B.; HOWARD, P. (ed.). *The Ashgate Research Companion to heritage and identity*. Ashgate: Aldershot, 2008, p. 19-36.

HILAIRE-PEREZ, L. A patrimonialização de saberes técnicos, entre a História e a memória: o caso dos depósitos de invenção na França e na Inglaterra no século XVIII. *Varia Historia*, v. 27, n. 46, p. 509-526, 2011.

JEUDY, H. P. *Espelho das cidades*. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LUCHIARI, M. T. D. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, n. 17, 2005.

MENDES, J. A. *Estudos do patrimônio: museus e educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

POCOCK, D. Some Reflections on world heritage. *Area*, n. 29, p. 260-68, 1997.

RAUTEMBERG, M. Patrimônio e popular são compatíveis? Elementos para uma discussão crítica da noção de patrimônio popular. *Geosaberes*, v. 5, Número especial, p. 42-50, 2014.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

TUNBRIDGE, J. E.; ASHWORTH, G. J. *Dissonant heritage: the management of the past as a resource in conflict*. Chichester: Wiley, 1996.

VESCHAMBRE, V. Introdução: em torno do patrimônio e da memória: questões de apropriação e de marcação do espaço. *Geosaberes*, v. 5, Número especial, p. 50-58, 2014.

**Rafael Henrique Teixeira-da-Silva** é Pós-doutorando (PNPD/CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Geografia pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa. Graduado em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

**Como citar:**

TEIXEIRA-DA-SILVA, Rafael Henrique. Um debate sobre as interpretações acerca da patrimonialização: conceitos e perspectivas. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 1, p. 189-204, jan./jun. 2022. Disponível em: [pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br).